



## **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \*/2026**

O **MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, n.º 431, Centro, São Mateus do Sul, Paraná, CEP: 83900-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.021.450/0001-22, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Governo, Sr. João Paulo Gugelmin, inscrito no CPF n.º ....., residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **Detentor** e a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º ....., estabelecida à....., na cidade de ..... – ....., CEP ....., e-mail....., neste ato representada pelo Sr. ....(nome), inscrito no CPF .....(n.º do CPF), doravante denominado **Detentora**, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

### **CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES**

---

---

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada à Licitação **Pregão Eletrônico nº 25/2026**, ao Processo Administrativo nº 15/2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 842/2023 e pela norma específica: RDC n.º 216/2004 da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) – Regulamento Técnico de boas práticas para serviços de alimentação.

### **CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA**

---

---

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

2.2. Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.

### **CLÁUSULA 3ª: OBJETO**

---

---

3.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços é fornecimento de refeições completas, na modalidade buffet livre, cuja especificação técnica consta no processo de contratação e faz parte da presente ata de registro de preços.

### **CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS**

---

---

4.1. O fornecedor e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão no Anexo I.

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata.



**CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a Secretaria Municipal de Governo de São Mateus do Sul.

**CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES**

6.1. As quantidades previstas para o órgão gerenciador são:

Item	Descrição	Quantidade					
		Un.	Regis- trada	Inicial a ser adquirid a	Periodicidade	Estimadas por período	Mínima por pedido
1	<p>Refeição servida no estabelecimento comercial (restaurante) com disponibilidade de almoço Buffet livre, contendo no mínimo:</p> <p>3 (três) opções de carne (bovina, suína, aves ou peixe)</p> <p>2 (duas) opções de arroz ( arroz branco, arroz à grega, arroz integral;</p> <p>Guarnições variadas (como farofa, batata frita, grãos e/ou cereais, purê de batatas, legumes salteados, batata souté, entre outros, conforme cardápio do dia.) ;</p> <p>2 (duas) opções de massas ( macarrão, podendo incluir variedades como espaguete, penne, talharim ou parafuso, lasanha, pierogi, entre outros, conforme cardápio do dia);</p>	Un.	500	60	Mensal	40	10



3 (três) tipos de saladas frescas;							
2 (dois) tipos de sobremesas;							
A refeição deverá ainda ser acompanhada de ao menos uma bebida, podendo ser: <b>suco natural</b> (opções: laranja, abacaxi, manga, melancia, melão, caju ou uva), <b>refrigerante lata</b> (com opção de dois sabores, tipo, cola, laranja, guaraná, limão) de 350 ml sendo um dietético) ou <b>água</b> com ou sem gás 500ml							

6.2. A quantidade máxima a ser fornecida sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.3. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

#### **CLÁUSULA 7ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

---

7.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados.

#### **CLÁUSULA 8ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

8.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

8.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

8.1.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Municipal, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;



8.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

8.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

8.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

8.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Diretor Geral da Secretaria de Administração e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

### **CLÁUSULA 9ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

O atraso injustificado no cumprimento do prazo de execução dos serviços estabelecidos em até 15 (quinze) dias, contados a partir da emissão da nota de empenho, sujeitará a contratada, garantido o contraditório e a ampla defesa, à aplicação das seguintes sanções, observada a gradação conforme a gravidade da infração:

I – advertência, quando o atraso não causar prejuízo relevante à Administração;

II – multa moratória de 0,5% sobre o valor da parcela em atraso, por dia de atraso, limitada ao percentual máximo de 20 %;

III – ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

IV – rescisão contratual, quando o atraso comprometer a execução do objeto ou o interesse público;

V – demais sanções previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, quando cabíveis.

As penalidades previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração, sem prejuízo da reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração.

O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

<b>INFRAÇÃO COMETIDA</b>	<b>PENALIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de São Mateus do Sul	12 meses



a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata		
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

#### **CLÁUSULA 10ª: LOCAL E PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO**

---

10.1. O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam do Anexo I - Especificações do edital e faz parte desta Ata de Registro de Preços.

10.2. Os prazos de entrega / execução serão contados da publicação desta Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas.

10.3. Prazo para início da execução do objeto: 01 dia da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

10.4. Prazo de entrega ou de execução do objeto: imediato.

#### **CLÁUSULA 11ª: FONTE DE RECURSOS**

---

11.1. A despesa correrá por conta das dotações orçamentárias: 02.001.04.122.1101.2.002.339039 Fonte 00000 – Recursos Ordinários (Livres)

03.001.04.122.1101.2.010.339030 Fonte 00000 – Recursos Ordinários (Livres)

#### **CLÁUSULA 12ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

---

12.1. O pagamento ocorrerá em até 30 dias, contados da data de entrega do objeto, prestação do serviço ou medição que ocorrerá mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal emitida pela Detentora.

12.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação da Ata de Registro de Preços.

12.2.1. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação da Ata de Registro de Preços será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.



12.2.2. Caso a Detentora não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o Detentor aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 30 (trinta) dias, contados da entrega da nota fiscal.

12.2.3. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida à Detentora, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

12.3. Nos casos de multas aplicadas à Detentora, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

12.4. O fiscal da Ata de Registro de Preços comunicará previamente à Detentora a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

12.5. O pagamento efetuado após o prazo estabelecido será considerado em atraso, gerando para a Detentora o direito à atualização monetária considerando os dias de atraso até a data do efetivo pagamento, contados de forma corrida, mediante aplicação do INPC, ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = VP ( 0,00016438356 \times N + I )$ , onde:

EM = Encargos moratórios a ser acrescido ao valor normal do pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento; e

I = Variação do IINPC no período de atraso.

12.6. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

### **CLÁUSULA 13ª: OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

---

---

13.1. Constituem obrigações da Detentora:

13.1.1. aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões determinadas pelo Detentor nos termos da Lei nº 14.133/2021;

13.1.2. comunicar ao fiscal da Ata de Registro de Preços, de imediato, qualquer ocorrência que impeça a execução regular de suas obrigações;

13.1.3. atender às determinações do fiscal da Ata de Registro de Preços, destinadas ao regular cumprimento da Ata;

13.1.4. efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto da Ata;

13.1.5. declarar o descumprimento das condições de habilitação, sob pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;



13.1.6. manter contatos com o contratante sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser registrados e confirmados por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis;

13.1.7. manter atualizado, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, o endereço, número de telefone fixo e celular, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão;

13.1.8. a Contratada deverá cumprir as seguintes obrigações específicas relativas ao fornecimento de refeições:

- Preparar as refeições conforme cardápio estabelecido, observando padrões nutricionais, qualidade e variedade mínimas previstas;
- Possuir licença Sanitária válido, expedido pela autoridade sanitária competente;
- Observar as condições satisfatórias de temperatura e apresentação na distribuição das refeições;
- Cumprir as normas sanitárias aplicáveis aos serviços de alimentação, especialmente a RDC n.º 216/2004 da ANVISA, ou norma que substitua; além de normas garantir condições sanitárias adequadas, em conformidade com normas da vigilância sanitária e demais legislações correlatas;
- Manter alvará sanitário, licenças e certificados atualizados, disponibilizando-os ao fiscal sempre que solicitado;
- Fornecer refeições dentro do horário estipulado, sob pena de penalidades por atraso;
- Cumprir normas de segurança alimentar, incluindo uso obrigatório de EPIs pelos manipuladores, uniforme limpo e boas práticas de higiene;
- Apresentar mensalmente notas fiscais e documentos comprobatórios, conforme exigências da fiscalização;
- Garantir ambiente de preparação, permitindo acesso do fiscal do contrato, quando necessário;
- Observar as condições satisfatórias de temperatura e apresentação na distribuição das refeições;
- Cumprir prontamente notificações e solicitações da fiscalização.

#### **CLÁUSULA 14ª: OBRIGAÇÕES DO DETENTOR**

---

---

14.1. Constituem obrigações do Detentor:

14.1.1. realizar o empenho da respectiva dotação orçamentária;

14.1.2. publicar a Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas;

14.1.3. acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, registrando as eventuais ocorrências;



14.1.4. comunicar imediatamente a Detentora qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar, referente à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços;

14.1.5. informar alterações no cronograma, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

14.1.6. fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações por parte da Detentora;

14.1.7. São obrigações específicas do Município:

- Comunicar antecipadamente a quantidade prevista de refeições, observando o prazo mínimo de 24h;
- Realizar a fiscalização sistemática, designando fiscal responsável, fornecendo orientações e formalizando registros em relatório;
- Efetuar os pagamentos de forma tempestiva, observando os prazos legais e condicionando-os à comprovação da execução regular do serviço;
- Comunicar imediatamente ao contratado qualquer irregularidade observada, concedendo prazo para adequação, quando cabível;
- Aplicar penalidades, caso haja descumprimento contratual, garantindo o interesse público.

#### **CLÁUSULA 15ª: FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

---

15.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada por Solange de Fátima Franco Silveira, e-mail: gabinete@saomateusdosul.pr.gov.br, e fiscal substituto Ana Luiza Guimarães de Lima. A gestão da Ata de Registro de Preços será realizada por Lilian Kely Murawski Gomulski, e-mail: comunicacao@saomateusdosul.pr.gov.br, e gestor substituto Jacob Jonson Portela. Sendo representante da Detentora ....., na qualidade de preposto....., e-mail .....

#### **CLÁUSULA 16ª: SUBCONTRATAÇÃO**

---

---

16.1. Não será admitida a subcontratação.

#### **CLÁUSULA 17ª: MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

---

---

17.1. O Detentor, por intermédio do Gestor de Contrato, acompanhará a manutenção das condições de habilitação pela Detentora por modelo auto declaratório, cabendo à Detentora informar, no prazo de 15 (quinze) dias, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente instauração de procedimento administrativo sancionatório e aplicação de sanção.

17.2. A ausência ou omissão de declaração por parte da Detentora corresponde, para todos os efeitos, à declaração da manutenção das condições de habilitação.

17.3. Nas hipóteses em que houver alteração de condição de habilitação:

17.3.1. A Detentora deverá providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência que gerou o não atendimento da condição de habilitação; e



17.3.2. será aplicada multa mensal de 1% (um por cento) sobre as faturas emitidas enquanto persistir a situação de irregularidade.

O Detentor poderá diligenciar as condições de habilitação do contratado e aplicar sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses pelo descumprimento da obrigação de informar a mudança da sua situação.

**CLÁUSULA 18ª: ADESÕES**

---

---

18.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do Município de São Mateus do Sul por órgãos e entidades de outros municípios.

São Mateus do Sul – PR, \*\* de \*\* de 2026.

João Paulo Gugelmin  
Secretário Municipal de Governo  
Município de São Mateus do Sul  
DETENTOR

Representante  
Empresa  
DETENTORA

XXXXXXXXXXXXXXXXX  
Testemunha

XXXXXXXXXXXXXXXXX  
Testemunha